

Malan diz que negociação mais difícil é com SP

Ministro da Fazenda assina acordo com governador do Rio Grande do Sul e avalia que tamanho da dívida paulista, a maior do País, torna acordo mais complicado

WÁLMARO PAZ
Especial para o Estado

PORTO ALEGRE — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem, ao assinar acordo de refinanciamento da dívida mobiliária do Rio Grande do Sul, que a pior negociação está sendo com São Paulo. Malan ressaltou que isso não ocorre por motivos políticos, mas porque a dívida paulista em títulos é a maior do País.

De acordo com o ministro, os próximos Estados a fechar acordo para aliviar as dívidas serão Minas e o Rio, cujas negociações estão em andamento há bastante tempo. Malan informou que o acordo firmado com o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, contém cláusula que garante todas as vantagens concedidas a outros Estados de nível econômico semelhante.

A dívida total do Rio Grande do Sul chega aos R\$ 8,4 bilhões, sendo que a parte mobiliária atinge R\$ 6,1 bilhões. A taxa de juros estabelecida pelo acordo é de 6% ao ano, mais correção pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI). A dívida será zerada em 2026.

Britto afirmou que o Estado apenas ganhará "crédito e credibilidade" com o refinanciamento,

adquirindo uma posição mais favorável na busca de empréstimos externos para investimentos. "O Rio Grande do Sul e nenhum outro Estado estavam pagando essa dívida", lembrou.

Porcentual — O governo gaúcho comprometerá até o limite de 11,5% da receita deste ano para pagar o débito. No ano seguinte, o porcentual será de 12%, passando para 12,5% em 1999 e 13% em 2000. Segundo Britto, se o acordo não fosse firmado, em 2000 a dívida do Estado chegaria a R\$ 9,3 bilhões.

O governador observou que o acerto envolve R\$ 2,2 bilhões de dívidas contratuais, mas apenas formalmente. O valor já fora renegociado anteriormente, com prazo de pagamento até 2018, e não foi alterado.

A dívida mobiliária gaúcha era de R\$ 1,2 bilhão em

1987, alcançou R\$ 5 bilhões em 1995 e, em 1996, bateu nos R\$ 6,1 bilhões. Vinte por cento do total do débito gaúcho será quitado com a negociação de ativos públicos. O governador não especificou que bens venderá para completar o valor.

O mais provável é que a administração estadual coloque no pacote a Companhia União de Seguros Gerais, a Banrisul Armazéns Gerais (Bagergs) e a Sulgás. E inclua o dinheiro apurado com os

35% das ações da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT) a serem vendidas até o fim do ano.

Britto disse a renegociação não ocasionará aumento no fluxo de caixa. Mas o Estado melhorará sua capacidade de investimento. Segundo o secretário estadual da Fazenda, Cezar Busatto, o governo estadual espera contratar no Exterior empréstimos de R\$ 750 milhões até o fim do ano.

Busatto classificou a dívida como "um pesadelo insuportável" e Britto garantiu que os recursos serão empregados nas áreas social e de infra-estrutura.

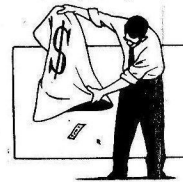
Redução de gastos — O governador gaúcho não confirmou que o acordo implicaria na redução para 60% dos gastos com a folha de pagamentos de pessoal em 1997. "Te-

mos até 1998", ponderou, mas admitiu que a redução já está acontecendo. "Diminuímos o porcentual de 83% para 79%", acentuou. "Não estamos com bonança nem ganância e sim com apertança."

Britto informou que não desistiu de unir o Banco Meridional, a Caixa Econômica Estadual, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BR-DE). O governador acredita que o governo federal deverá promover ajustes no Meridional dentro de pouco tempo.

Depois dos ajustes, Britto acredita que a União deve achar um comprador para o Meridional. Caso isso não ocorra, o governador considera que a solução que propõe poderá ser aceita.

■ Colaborou Ayrton Centeno



PARTE DO
CRÉDITO SERÁ
PAGA COM
PRIVATIZAÇÕES